

As redes sociais como espaço de articulação dos protestos sociais no contexto democrático do século XXI

Irley David Fabrício da SILVA¹
José Genildo Alves de CARVALHO JÚNIOR²

Resumo

Este trabalho resulta de uma pesquisa exploratória dos movimentos sociais antes e depois das redes sociais (na era da informação mediada pela tecnologia). Exploramos os protestos ocorridos desde a década de 60 até os nossos dias atuais, reconhecendo que é preciso situar historicamente os movimentos recentes no contexto democrático do século XXI. Assim, buscamos explorar os movimentos sociais ocorridos em épocas distintas, em outro contexto social, de modo a observar os movimentos que anteciparam o uso das redes sociais e ativismos online como estratégias sociais e democráticas, fundamentais para consolidar os direitos sociais. Conclui-se que os protestos sociais agenciados em épocas distintas foram de suma importância e hoje regozijamos dos direitos conquistados e que as redes sociais fornecem estruturas para cooperar no compartilhamento dos protestos sociais locais e globais e possibilita contribuir para que os direitos sociais, ambientais, políticos etc., sejam alcançados.

Palavras-Chave: Redes sociais. Movimentos sociais. Direitos sociais. Política.

Abstract

This work results from an exploratory study of social movements before and after social networks (in the information technology-mediated). Explore the protests since the 60's until our present day, recognizing that it is necessary to historically situate the recent movements in the democratic context of the twenty-first century. Thus, we seek to explore the social movements at different times, in another social context, in order to observe the movements that anticipated the use of social networking and online activism as social and democratic, fundamental strategies to consolidate social rights. It follows that the social protests touted at different times were of paramount importance and today we rejoice rights achieved and that social networks provide structures to

¹ Aluno Especial do Programa de Pós-Graduação em Comunicação - PPGC/UFPB. Integrante do grupo de pesquisa: Modernização Tecnológica e Desenvolvimento Social. E-mail: irleydavid@gmail.com

² Graduando em Direito pelo Centro Universitário de João Pessoa (UNIPÊ). E-mail: juniortalves.carvalho@hotmail.com

cooperate in the sharing of local and global social protests and enables contribute to the social, environmental, political etc., are achieved.

Keywords: Social Networks. Social movements. Social rights. Politics.

Introdução

Os fenômenos sociais, em especial os movimentos sociais, derivados da Internet, precisamente das redes sociais, modificou e ainda está modificando a sociedade. Basta observamos os movimentos protestos sociais ocorridos (como a Primavera Árabe e os Protestos ocorridos em Junho no Brasil, entre outros) e os protestos em curso nas diversas dimensões sociais, na busca dos direitos sociais, como os movimentos sociais feministas, reforma agrária, quilombola, movimento sem-terra etc.

Diante disso, reconhecemos que é preciso situar historicamente tais movimentos sociais, sobretudo no contexto sociocultural (informacional, permeada pelas tecnologias de comunicação) no qual elas se inserem.

Para tanto, este trabalho propõe uma análise dos movimentos sociais organizados nas redes sociais (comunicação digital), reconhecendo que estes se expressam também no espaço público presencial (comunicação face a face). Compreendemos que os agenciamentos sociais recentes revelam uma nova modulação do engajamento social. Percebemos que – em várias partes do mundo – estes se perfazem vinculados ao espaço físico, mas a grande inovação é a sua atuação através da mediação tecnológica (redes digitais). Tais movimentos, na modernidade, ou seja, até os anos 90, atuaram organicamente, isto é, as lutas sociais se realizaram face a face, muito embora já tenham se utilizado (precariamente, devido à censura) dos meios alternativos (imprensa, audiovisuais, rádios e tevês piratas) para expressar as suas reivindicações.

Caracteristicamente, os ativistas tinham em suas agendas um amplo leque de demandas como – por exemplo – as lutas por moradia, transporte, saúde, saneamento básico, direitos sociais, políticos e etc.

Pretendemos analisar as formas recentes do ativismo, observando como atuam nas redes sociais e almejamos examinar a sua capacidade de influenciar a sociedade e de promover mudanças sociopolíticas na contemporaneidade. Entende-se por ativismo digital ou ciberativismo a utilização da internet (e outras hipermídias) por movimentos

politicamente engajados nas lutas contra injustiça e exclusão que ocorrem também na própria rede. Hoje, o ativista (de caráter ambiental, político ou social) busca apoio para suas causas através da internet e de outros dispositivos midiáticos; por essa via são criadas redes de solidariedade, promovendo o exercício das ações afirmativas.

É pertinente examinar a sua importância na atualidade e verificá-lo como instrumento de preservação da democracia pelo seu caráter comunicacional inovador, portando complexidades que exigem novas metodologias de análise.

Hoje, na chamada era digital, estamos ingressando em outra dimensão, e percebemos que novos estilos de comunidade estão se formando, o que tem se tornado o objeto de investigação de vários cientistas; por exemplo, para Burt (2005), as comunidades atualmente se configuram sob a forma das “redes sociais”.

Partimos de um exercício de comunicação comparada para uma compreensão das estratégias sociopolíticas utilizadas pelos atores sociais de gerações distintas, norteadas por processos de informação diferenciados e atuantes em contextos sociopolíticos e comunicacionais diversificados.

Hoje, há em curso um novo paradigma sócio-comunicacional e sócio-político, expresso a partir das designações “comunicação em rede”, “mídias sociais” e “redes sociais”. Nessa direção, apontamos, por exemplo, as manifestações sociais recentes (como a Primavera Árabe), que se utilizam do ciberespaço; ou seja, das redes sociais como o Orkut, o Facebook e o Twitter.

Vivemos em um país onde o sistema político é democrático, e é através da experiência democrática que se exerce a cidadania. Mas é importante situar historicamente esta experiência. Portanto, fazendo um balanço cronológico dos movimentos sociais nas ruas (antes, durante e depois da ditadura militar), compreendemos atos de engajamento sócio-políticos e modos de resistência, que contribuíram fortemente para a conquista dos direitos civis, estabilidade sociopolítica e amadurecimento da sociedade.

Tal balanço cronológico dos movimentos sociais nos permite verificar as mudanças ocorridas, sobretudo no campo dos direitos políticos e sociais. Assim, buscamos mapear os principais movimentos sociais ocorridos da década de 60 até os nossos dias atuais, de modo a compreender sistematicamente os avanços dos direitos sociais a partir dos grupos de resistências (ativistas), bem como entender as

modificações que ocorreram pós-advento da internet e redes sociais como articuladoras das ações coletivas e de pressão nas decisões políticas.

Movimentos sociais nos anos 60

Do início do século XX até a ditadura militar (1964), houve uma cultura política ligada aos movimentos sociais voltados para os problemas rurais, incluindo a ação das “Ligas Camponesas” e as lutas pela reforma agrária, em oposição à concentração dos poderes político, econômico e cultural. E no que concerne especificamente ao campo das Ciências da Comunicação, este conjunto de lutas, incluindo o Método Paulo Freire, norteado pela Pedagogia do Oprimido e Alfabetização de Adultos, se expressa com vigor na folkcomunicação, que refere a aglutinação entre as manifestações populares, alternativas, matrizes socioculturais com as expressões midiáticas, publicitárias e matrizes industriais, conforme demonstra o livro clássico *Folkcomunicação – A Comunicação dos Marginalizados* (Luiz Beltrão, 1980).

Em meados de 1950, os movimentos nos espaços rurais e urbanos adquiriram visibilidade através da realização de manifestações na esfera pública (rodovias, praças, escolas, fábricas, sindicatos etc.), quando finalmente foram às ruas e tiveram consequências afirmativas, até serem desmantelados pelo Golpe Militar (1964).

Concomitante às ações coletivas que enfrentam os problemas globais – como violência, corrupção, criminalidade e baixa qualidade na educação – vários agenciamentos denunciam a exploração do trabalho, o monopólio da terra e concentração de renda, ao mesmo tempo em que apresentam propostas para a geração de empregos no campo, a exemplo do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), estratégias de ação que denunciam o arrocho salarial (greve de professores, greve dos cobradores de ônibus nos estados federados, etc.), ações coletivas que denunciam a depredação ambiental e a poluição dos rios e oceanos (lixo doméstico, acidentes com navios petroleiros, lixo industrial); agenciamentos coletivos que têm o espaço urbano como *lócus* para a visibilidade da denúncia, reivindicação e proposição de alternativas.

Quanto aos movimentos sociais na esfera pública tradicional, anteriores ao surgimento das redes sociais digitais, atividades importantes foram realizadas de modo presencial. Podemos afirmar que a sociedade atual é fruto das lutas travadas nas

décadas passadas.

Inúmeras marchas, mobilizações e agenciamentos sociais foram concretizados, e vários deles alcançaram o seu objetivo, a exemplo do movimento feminista, ocorrido no século XX, que transformou significativamente a nossa sociedade, banindo – embora a passos lentos – o preconceito contra as mulheres. Hoje há um índice expressivo de mulheres ocupando lugares de liderança, várias presidentes da república (como Dilma Rousseff, no Brasil, Michelle Bachelet, no Chile etc.), entre outros cargos importantes. Com isso, reconhecemos que grandes batalhas sociais tiveram curso, para que hoje, possamos desfrutar dos direitos adquiridos. Reconhecemos que os movimentos sociais face a face geraram grandes benefícios para a sociedade atual, e importantes objetivos foram alcançados.

Movimentos sociais anos 70

A mídia se encarregou de formular o slogan “Anos Rebeldes” para referir os anos 1960/1970. E, muito embora se fale em “vazio cultural” para aludir aos anos 70, no campo das artes, jornalismo e vida alternativa, houve uma série de manifestações e agenciamentos que atestam uma vigorosa produção e um conjunto de ações afirmativas, que driblaram a censura e a repressão, durante os chamados “anos de chumbo”.

Mas, foi em meados da década de 1970 que entraram no cenário político brasileiro novos atores sociais, expressando-se através dos movimentos sociais, e estes se caracterizavam por apresentarem propostas de organização desvinculadas dos esquemas paternalistas e clientelistas tradicionais no âmbito da política brasileira. Os novos movimentos, de matizes progressistas, conseguem, no seu nascedouro, imprimir uma dinâmica diferente à organização da sociedade civil, trazendo como símbolo específico à luta pela redemocratização e o exercício da cidadania.

Entretanto, convém assinalar que além das lutas e resistência política dos movimentos sociais (OAB, ABI, clero progressista, etc.) houve – neste período – o fortalecimento da indústria cultural. Conforme descreve Ortiz (1985), de 1964 – 1980 houve uma considerável expansão de consumo de bens culturais. O cinema tornou-se algo marginal, dotado de ideologia e crítica. Em 1975, o governo Geisel criou a Política Nacional de Cultura (PNC), que objetivava a destituição do controle de produção na

mão da esquerda política, impedindo assim que se incentivasse através da cultura a mobilização da sociedade. No mundo todo, os anos 70 foram marcados por utopias revolucionárias. E no fim da década, no campo cultural, o rock sofria o impacto dos novos tempos, tendo que disputar espaço com a *discomusic*, um estilo descompromissado, música de escape, de modismo. O reggae trazia em suas letras reflexões sobre o terceiro mundo, a pobreza, a exploração.

E para uma parcela da juventude, o Movimento Punk definiu o espírito da época que “correspondia ao desemprego e à onda terrorista na Europa” (BRANDÃO; DUARTE, 1990 p. 82). O Movimento Punk promoveu uma revolução nas roupas e nas atitudes com suas posições anarquistas, refletindo também o clima desesperançoso e conservador nos anos 70/80. Segundo Habert (1990) após o vendaval dos anos 60 que atingiu os “corações e mentes” de uma geração inteira, os anos 70 começaram sob a égide da fragmentação: desdobramentos da contracultura, movimentos underground, punk, misticismo oriental, vida em comunidades religiosas ou naturalistas, valorização do individualismo, expansão do uso de drogas. Nesse sentido, Brandão e Duarte nos fala.

Parte da juventude vinda da classe média urbana optou por correntes alternativas de cultura, nas quais viviam suas utopias, envolvendo sexo, drogas e muito rock. Tratava-se de uma forma de inconformismo diante da repressão e do conservadorismo vigente no país, que acabaria num fenômeno contracultural híbrido e complexo que dominou a produção artística e cultural até meados dos anos 70. (1990 p. 86).

No Brasil, durante os anos de chumbo, à época do Governo Médici, os estudantes apoiaram-se nas manifestações culturais. Elaborou-se a construção das entidades estudantis, que foram desmanteladas pela repressão. E a arte, especialmente o teatro, passou a ser utilizado como elemento auxiliar para organizar ideais, enfrentando a repressão e buscando recuperar a liberdade de expressão.

Movimentos sociais nos anos 80: a globalização e os protestos mundiais

O termo globalização surgiu no final dos anos 60, mas ganhou expressão na mídia no final dos anos 80, conclamando a unificação dos mercados. Tornou-se o

assunto da agenda midiática e teve repercussão em alguns círculos intelectuais e nos meios de comunicação, forjando uma possível união de países e povos. Todavia é preciso repensar a natureza desta “fórmula” para se entender os contornos da economia e da política nos anos 80, que têm como ícones Ronald Reagan e Margareth Thatcher.

Aldous Huxley apresentara, no livro admirável mundo novo (1932), uma sociedade homogênea, composta por homens e mulheres despersonalizados, insuportavelmente perfeitos, onde não haveria espaços de dúvidas ou contestações.

Larry e Andy Wachowski, no filme Matrix (1999) e suas sequências, ofereceram-nos as inquietações diante da informática, uma tecnologia capaz de fabricar realidades e desenvolver radicalmente as potencialidades humanas, e exatamente por isso, imprimir um caráter artificial à vida coletiva. Sobre isso nos fala.

Os articulistas da “globalização” prometem um mundo mais justo para todos e apregoam que a maré do desenvolvimento “levantará todos os barcos”, isto é, todos os países e classes sociais – em princípio – se beneficiariam com o crescimento da produtividade e prosperidade gerada pelo capitalismo neoliberal.

Brecheret *al* (2000) argumenta que, apesar desta permanente promessa, em curso há mais de vinte anos, não tardou muito, em termos históricos, para que um pujante e vibrante movimento social internacional surgisse em resposta aos inúmeros impactos negativos da globalização corporativa neoliberal.

Como exemplo, há evidências de fatores que comprometem a desigualdade social, e por outro lado, há crescente poluição da água e emissão de produtos químicos tóxicos sem controle ambiental e social, gerando impactos que afetam a biodiversidade (exemplo, extinção de várias espécies de animais). No plano político há, sobretudo, a corrosão da democracia, a concentração do poder nas mãos de pequenos grupos de indivíduos e corporações, fazendo com que os poderes públicos se tornem cadeias de preservação dos interesses privados. No âmbito da economia, de acordo com Santos (2002) produz-se um efeito de entropia das empresas globais, na medida em que, para melhor funcionarem, tais empresas criam ordem para si mesma e desordem para o resto.

No Brasil, percebemos as diferenças regionais, centralização de renda e tecnologia no Sudeste, que se desenvolve como um campo produtivo para investimentos industriais e agrícolas, enquanto no Norte e Nordeste, são implantados modelos de desenvolvimento superados e insustentáveis, forjados pelos grupos dominantes, como

estratégia para “encobrir” as acentuadas diferenças regionais.

Segundo Santos (2000), a lógica das disputas e da sobrevivência retira qualquer possibilidade altruísta de ação. Resta à sociedade retomar o conceito de solidariedade e ajuda mútua. Para Capra (2002), uma das principais intuições da teoria dos sistemas foi à percepção de que o padrão em rede é comum a todas as formas de vida. Onde quer que haja vida, há redes. Segundo Rheingold (1993) os autores refletem filosoficamente sob a suposta resistência contra os efeitos negativos trazidos pela globalização, através dos movimentos sociais. E foi a gestão de informação impulsionada por essas redes interativas que fez da comunicação distribuída uma das principais armas na luta contra os governos disciplinares e as megacorporações desse período.

Os protestos deram início às lutas de resistência e formularam estratégias de antiglobalização, começando com a emergência da rebelião dos zapatistas no Sul do México (1994), que adquire poder e se torna a principal escola de aprendizado para as ONGs e os movimentos sociais, e prosseguem com as batalhas de Seattle (1999), Washington, D.C. e Praga (2000) aparece em cena uma nova forma de luta popular contra a globalização: as redes mundiais de movimentos sociais antiglobalização (Arquilla&Ronfeldt, 2001).

Este novo movimento antiglobalização organizado pela frequentemente denominada “sociedade civil global” já alcançou vitórias expressivas. Por exemplo, redes ecológicas mundiais conseguiram pressionar numerosos governos a assinar o Tratado de Kyoto contra gases poluentes da Atmosfera (*greenhousegases*), a eliminar o uso de Químicos Orgânicos Persistentes (*persistente organicpollutants* ou POPs) e o uso de amianto na Europa (*Ban Asbestos Network*). Redes de direitos humanos conseguiram aprovar a Convenção Internacional pelo Banimento de Minas de Terra (International Convention to Ban Landmines – ICBL) e recentemente mobilizaram milhões no mundo inteiro pela paz e contra a invasão do Iraque.

Movimentos sociais nos anos 90: queda do muro de Berlim, fim da guerra fria, internet

Em meio às questões envolvendo a alta tecnologia ocorria um reordenamento geopolítico com o fim da guerra fria. Em 1990, menos de um ano após a queda do muro

de Berlim, a ditadura iraquiana resolveu invadir o Kuwait. Em meio à guerra, pela primeira vez na história, espectadores de televisão de todas as partes do mundo assistiram, via satélite, às incursões aliadas contra os invasores iraquianos.

Com a queda do Muro de Berlim e o colapso do sistema comunista do Leste Europeu, estatizado e de planejamento centralizado, começou a soprar mais forte o vento da globalização, sem barreiras, e este, no âmbito dos fluxos financeiros mais livres do que nunca, ameaça converter-se em um furacão, situado num horizonte próximo, sendo que algumas de suas rajadas desestabilizantes já se fizeram sentir em vários quadrantes deste Globo, ao longo dos últimos anos. O final do século revela um panorama de mudanças e muitas incertezas, ainda que a queda do referido muro tenha sugerido um mar de águas tranquilas.

A rede mundial de computadores, ou Internet, surgiu em plena Guerra Fria. Criada com objetivos militares seria uma das estratégias das forças armadas norte-americanas para manter as comunicações em caso de ataques inimigos que destruíssem os meios convencionais de telecomunicações. Nas décadas de 1970 e 1980, além de ser utilizada para fins militares, a Internet também foi um importante meio de comunicação acadêmico. Estudantes e professores universitários, principalmente dos EUA, trocavam ideias, mensagens e descobertas pelas linhas da rede mundial.

Foi somente em 1990 que a Internet começou a alcançar a população em geral. Neste ano, o engenheiro Tim Bernes-Lee desenvolveu a World Wide Web, possibilitando o uso de uma interface gráfica e a criação de sites mais dinâmicos e visualmente interessantes. A partir daí, a Internet cresceu em ritmo acelerado.

A década de 1990 tornou-se a era de expansão da Internet. Para facilitar a navegação pela Internet, surgiram vários navegadores (*browsers*) como, por exemplo, a *Internet Explorer da Microsoft* e o *Netscape Navigator*. O surgimento acelerado de provedores de acesso e portais de serviços *online* contribuiu para este crescimento. A Internet passou a ser utilizada por vários segmentos sociais. Os estudantes passaram a buscar informações para pesquisas escolares, enquanto jovens a utilizavam para a diversão em sites de games. As salas de chat tornaram-se pontos de encontro para o bate-papo virtual. Desempregados iniciaram a busca de empregos através de sites de agências de empregos ou enviando currículos por e-mail. As empresas descobriram na Internet um excelente caminho para melhorar seus lucros e as vendas *online* dispararam,

transformando a Internet em verdadeiros shoppings centers virtuais.

A partir de 2006, começou uma nova era na Internet com o avanço das redes sociais. Pioneiro, o Orkut ganhou a preferência dos brasileiros. Nos anos seguintes surgiram outras redes sociais como, por exemplo, o Facebook, Twitter, Instagram, entre outras.

Considerações finais

As redes sociais surgem como elementos que possibilitam reestruturar a nova paisagem sociocultural através dos protestos e da pressão popular nas decisões políticas. Elas emergem com a capacidade de conscientizar e colaborar na luta pelas causas sociais com rapidez e abrangência, e de abrir caminhos para a reivindicação dos direitos, em nível ambiental, político e social. As redes sociais digitais podem forjar comunidades de atividade ou interesse, distintamente dos grupos de opinião de imprensa ou das massas de consumo da mídia irradiada.

Utilizando as redes, pessoas do mundo todo criam movimentos, levando outras pessoas a aderirem às suas causas. Inúmeros exemplos atestam o poder das mídias e redes sociais e sua influência nas ações afirmativas, como o exemplo mais recente vivenciado por todos os brasileiros, os protestos de Junho de 2013, como já citado anteriormente.

Os atores sociais conectados podem compartilhar abaixo-assinados – por exemplo – o site Avaaz³, que promove campanhas de mobilizações fortemente coletivas (nas diversas agendas sociais: ambiental, político, social, quilombola, afro-brasileiro, feminismo etc.), e utiliza as redes sociais para difundir as suas demandas.

Além do mais, neste espaço que acolhe as reivindicações coletivas, notamos os indivíduos, atores-em-rede, fazendo valer os seus direitos. E isto vale também numa perspectiva crítica do consumo: pela internet e hipermídias, os consumidores que se unem para reclamar sobre os problemas na aquisição de produtos ou reivindicar a melhoria dos serviços de determinadas empresas, por exemplo – o site Reclame Aqui, que possibilita que os consumidores insatisfeitos possam reclamar seu direito.

Seja no plano social, político ou mercadológico, as inteligências coletivas

³ <http://www.avaaz.org/po/>

conectadas levam os indivíduos a assumirem os seus papéis no exercício da cidadania. A cooperação, a colaboração e a conectividade seriam os instrumentos dessa web, que uniria empresários e usuários através da livre comunicação em um poderoso ambiente de negócios cooperativos e integrados.

É no âmbito da vida cotidiana que as pessoas sofrem as necessidades e dificuldades que podem determinar sua conscientização e politização; as redes, como vetores de cognição coletiva conectada, encorajam modos de empoderamento, chegando a estimulá-las no engajamento na luta por demandas sociais. Com a internet, abre-se também a possibilidade da criação de certa simpatia às causas que afetam a todos em escala mundial, como ocorre em relação à questão ecológica, que desperta hoje uma modalidade singular de consciência e engajamento político. A integração dessas ações é resultado de um processo de socialização que integra simpatias, afetos, interesses e estima (Costa, 2008, p.29).

Por outro lado, as pessoas não se politizam apenas porque sofrem com determinadas injustiças sociais. Engajam-se nas lutas ao se reconhecerem como atores sociais que podem e devem se articular na busca pelo cumprimento dos direitos civis, na luta por melhores condições de trabalho, entre outras razões públicas.

Nos espaços mediados pela tecnologia, à sensibilização das chamadas comunidades virtuais ocorrem, em grande parte, graças às ações protagonizadas por movimentos sociais históricos, presenciais, seja pelo agendamento de temas relacionados às suas lutas, seja por outras formas de intervenção social.

Todavia, a partir de uma observação mais detida, percebemos que as redes sociais assumem um papel importante para democratização. Através delas as pessoas publicam suas produções, seus conhecimentos e exprimem livremente suas opiniões. Nelas as pessoas podem depositar as injustiças às quais elas passaram, bem como agenciar movimentos a favor de si e de vários.

Neste sentido, o termo “inteligência coletiva conectada” é fundamental para avançar a compreensão dos movimentos sociais atuais.

Convém entender que dentre os fatores geradores das mobilizações, além dos desejos, expectativas e aspirações do chamado “senso comum”, o fenômeno da sociabilidade (que confere sentido à vida social) e da cooperação (o motor que faz funcionar o trabalho e a vida social) são encorajadores para a afirmação de uma

comunidade participativa e auto-organizada. Como afirma Pierre Lévy (1996), as comunidades virtuais são uma nova forma de se fazer sociedade. E tudo isso é possível com o apoio das novas tecnologias de comunicação (Costa 2008, p. 45).

Contemplando o intenso fluxo de informação caracterizado pela onipresença e ubiquidade das mídias colaborativas, percebemos que a internet, e em especial, as redes sociais, constitui um espaço propício para a ocorrência de um dado movimento ou manifestação; consiste em um espaço-tempo adequado para os atores sociais se organizarem, estruturarem-se e divulgarem seus objetivos. Contudo, é preciso notar, a eficácia da internet é limitada. Ela não faz o movimento só com cliques e trocas de mensagens; depois de estruturada nas redes sociais, é preciso trazer a ação para o mundo presencial, agir organicamente nas ruas, exercitando uma modalidade de comunicação face a face.

A partir de várias observações e leituras percebermos que – de fato – a rede social, além de constituir um dos principais vetores de mobilização social, apresenta-se como um meio pelo qual as pessoas têm grande liberdade de expressão, principalmente, para reivindicar os seus direitos e compartilhá-los.

Hoje, podemos atestar que a informação mediada pela tecnologia não implica apenas em um meio de comunicação global, mas em um espaço interativo e democrático, fundamental para o avanço na conquista dos direitos e liberdades civis. Convém ressaltar o pensamento de RIGITANO.

A partir da obtenção de informações, através de visitas a sites, inscrição em listas de discussão ou participação de fóruns, pessoas de diferentes localidades podem entrar em contato com realidades até então desconhecidas, se sensibilizar, apoiar causas e até se mobilizar em prol de alguma organização, participando de ações e protestos *on-line e off-line* (2003, p.3).

Os protestos ou os movimentos sociais mediados pelas tecnologias de comunicação ainda são fenômenos recentes para que se produzam conclusões definitivas. Todavia, podemos perceber que as tecnologias de comunicação e as redes sociais são elementos pujantes e vigorosos no contexto da era da informação e do século XXI, que podem ser usadas como ferramentas essenciais na busca dos direitos civis e da democratização. Por meio de uma contextualização histórica dos anos 60, 70, 80, 90 até os nossos dias atuais, buscamos indicar alguns destes elementos, que podem

esclarecer acerca das relações entre os movimentos sociais, o ciberativismo, a democratização da informação e as redes sociais enquanto espaço de democratização e de desenvolvimento social.

Referências

ARQUILLA, J. e RONFELDT, D. 2001. *Networks, Netwars and the Fight for the Future*. FirstMonday, 6(10). Disponível em: < <http://zip.net/bnqSRG> > acesso em 02 de Março de 2015

BRANDÃO, A. C.; DUARTE, M. F. *Movimentos Culturais da Juventude* – São Paulo:Moderna, 1990.

Brecher J, Costello T & Smith B 2000.*Globalization from below: the power of solidarity*. South End Press, Massachusetts.

CAPRA, Fritjof. *As Conexões Ocultas – Ciência para uma vida sustentável*. Trad. Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Cultrix, 2002

COSTA, Rogério da. *A cultura digital*. São Paulo: Publifolha, 2008.

COSTA, Rogério da. *Por um novo conceito de comunidade: Redes sociais, comunidades pessoas, inteligência coletiva*. In: Antoun, Henrique (org.). *Participação e vigilância da era da comunicação distribuída*. Rio de Janeiro: Mauad x, 2008. P. 29 – 49.

COSTA, Sérgio. *Movimentos sociais, democratização e a construção de esferas públicas locais*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, vol. 12, n. 35, Feb1997. Disponível em:<<http://migre.me/eejK8>>. Acesso em: 18 de abril 2013..

HABERT, N. *A década de 70: apogeu e crise da ditadura militar brasileira*. – São Paulo: 3ª Ed.: Editora Ática, 1996.

LIN, N.; COOK, K.; BURT, R. *Social capital: theory and research*. New Brunswick: AldineTransaction, 2005.

LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: Ed. 34, 1999; ____ *O que é virtual?* São Paulo: Ed. 34, 1996.

ORTIZ, R. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

RIGITANO, Maria eugenia Cavalcante. *Redes e ciberativismo : Notas para uma análise do centro de mídia independente*. In: I seminário interno do grupo de pesquisa em cibercidades, FACOM-UFBA. Outubro de 2003. Disponível em <<http://migre.me/eev1Y>> acesso em 05 de março de 2013.

SANTOS, Jordana de Souza. *O papel dos movimentos socioculturais nos ‘anos de chumbo’*. Revista online do Grupo Pesquisa em Cinema e Literatura, São Paulo, Vol. 1, nº 6, Ano VI, Dez/2009. Disponível em<<http://migre.me/eehzN>>. Acesso em 10 de

abril de 2013.

RHEINGOLD, Howard. *The virtual community: homesteading at the electronic frontier*. Reading: Addison-Wesley, 1993.